

# RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO 2007-2009 TRIENAL 2010

## IDENTIFICAÇÃO

ÁREA DE AVALIAÇÃO: Planejamento Urbano e Regional/  
Demografia

COORDENADOR DE ÁREA: **Rainer Randolph**

COORDENADOR-ADJUNTO DE ÁREA: **Rosana Aparecida  
Baeninger**

## I. APRESENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO REALIZADA NA ÁREA

### CONSIDERAÇÕES GERAIS

A avaliação trienal dos programas em Planejamento Urbano e Regional e Demografia foi precedida por uma série de reuniões, seminários e discussões tanto entre a Coordenação da Área com os coordenadores dos programas de pós-graduação (inclusive uma reunião específica com os coordenadores dos cursos profissionais) em 2008 e 2009 como também com comissões específicas para estabelecer e experimentar os novos instrumentos que têm sido elaborados durante o triênio pelo CTC e pela própria área.

O universo da avaliação tem-se ampliado significativamente nos últimos triênios o que representa um desafio para as respectivas comissões não apenas pelo maior número de programas que fazem parte da Área, mas por causa de uma transformação do seu perfil.

Se em 2000 havia apenas 13 cursos de mestrado e doutorado, até 2008 houve um aumento para 32 cursos em 24 programas o que significa um aumento de quase 150 % e expressa o crescente reconhecimento dos problemas urbanos e regionais que o país enfrenta e, ao mesmo tempo, da importância da formação de pesquisadores e profissionais altamente qualificados para seu enfrentamento.

No entanto, mais importante do que essa expansão numérica são as transformações pelas quais a Área passou em termos dos campos de atuação, temáticas, naturezas e localização dos seus cursos.

Durante as primeiras décadas, os programas e cursos das duas subáreas de Planejamento Urbano e Regional e de Demografia localizaram-se nas regiões mais dinâmicas do país ou mesmo em metrópoles regionais mais distantes. Estiveram voltados à demografia e ao planejamento urbano-metropolitano na sua grande maioria. E foram esses os cursos que definiram, de alguma maneira, a identidade da Área.

Com a virada do século esse padrão mudou com certa velocidade e profundidade quando são abertos cursos fora das áreas metropolitanas ou em áreas que estão mais longe dos principais centros do país. Esses cursos trazem de volta uma temática que tinha caído em esquecimento durante as décadas de 80 e 90: o desenvolvimento regional em suas diferentes facetas. São esses cursos os principais responsáveis pela ampliação da Área nos anos mais recentes e que propiciam à Área uma penetração em regiões fora daquelas tradicionalmente servidas por cursos de pós-graduação como é o caso do interior dos três

estados da região Sul, no Centro-Oeste, no interior do Nordeste e na região Norte. Essa nova composição com programas voltados para o planejamento urbano (e metropolitano), para o desenvolvimento (e gestão) regional e à problemática populacional (demografia) significa um grande desafio para uma avaliação que precisa levar em conta diversos formatos e atuações destes programas. Pois, o desafio não se origina apenas na diversificação de temáticas e problemáticas articuladas, mas assume uma nova qualidade na medida em que os cursos da Área intensificam e aprofundam, necessariamente, abordagens multi-, inter- ou mesmo transdisciplinares nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Dependendo das particularidades de cada curso observa-se nas subáreas tanto de Planejamento Urbano e Regional como de Demografia diversas interlocuções com outras disciplinas não apenas da grande área das Ciências Sociais Aplicadas como arquitetura, urbanismo, economia, administração e outras, mas também com as Ciências Humanas como, por exemplo, sociologia, história, ciência política e mesmo como áreas das Ciências da Vida (medicina, saúde coletiva), das Agrárias e das Engenharias.

O caráter interdisciplinar dos cursos precisa ser contemplado tanto na avaliação do corpo docente, da formação de pesquisadores e profissionais e especialmente na hora da apreciação da produção bibliográfica que é de grande amplitude temática e lança mão de uma ampla gama de meios de difusão de conhecimento.

Por último vale notar que até o último triênio 2004 a 2006 a Área contou com apenas um mestrado profissional criado no início do milênio. No triênio atual serão submetidos quatro mestrados profissionais à avaliação. A Comissão de avaliação foi constituída pelos seguintes pesquisadores: , Rainer Randolph – UFRJ, Rosana Baeninger – UNICAMP, Brasilmar Ferreira Nunes - UFF, Circe Maria Gama Monteiro – UFPE, Edna Maria Ramos de Castro – UFPA, Heloisa Soares de Moura Costa – UFMG, Jair Lício Ferreira Santos – USP, João Farias Rovati –UFRGS, Virginia Elisabeta Etges - UNISC

## II CONSIDERAÇÕES DA ÁREA SOBRE O USO DA “FICHA DE AVALIAÇÃO”

Nas discussões e decisões sobre a definição dos pesos nas Fichas de Avaliação e, posteriormente, na definição de indicadores qualitativos e suas operacionalizações quantitativas (onde possíveis) para cada item foi considerado que a formação oferecida nos programas de pós-graduação deve ser avaliada a partir de eixos determinados:

- a) ensino, o que requer foco para articulação entre proposta, áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos; composição do corpo docente e maturidade acadêmico-científica; estrutura curricular, disciplinas oferecidas (inclusive conteúdo ministrado e bibliografia de referência e complementar);
  - b) produção e divulgação de conhecimento, cujo foco reside nos projetos de pesquisa, no fluxo de dissertações e teses, na produção bibliográfica de docentes e discentes;
  - c) extensão, representada, sobretudo, por intercâmbios inter-institucionais de docência e pesquisa além da tradução de resultados de projetos em planos e programas de intervenção em problemas sociais determinados ou participação na formulação de políticas públicas.
- Dentro dessa orientação geral, houve por parte da Comissão da Área numa reunião em outubro de 2009 um grande empenho para rever e aperfeiçoar os conteúdos dos itens e sub-itens para cada um dos cinco quesitos da Ficha de Avaliação dos cursos acadêmicos para dar maior substância e robustez à avaliação.

Durante a realização da análise dos dados e informações fornecidos pela CAPES na forma de cadernos e planilhas, houve algumas dificuldades tanto em relação a sua interpretação como à consistência das mesmas informações apresentadas em diferentes planilhas. Os membros da Comissão discutiram esses casos e optaram, nesse caso de inconsistências entre tabelas, por aqueles informações que pareciam mais confiáveis (o que foi possível controlar a partir dos cadernos); assim foi assegurada a homogeneidade da análise e avaliação para todos os programas.

Não foi possível realizar o mesmo aprofundamento em relação à Ficha de Avaliação dos cursos profissionais cujos pesos foram definidos apenas recentemente; respeitadas as diferenças em relação aos cursos acadêmicos, sua aplicação no presente triênio segue ainda a dinâmica dos triênios passados onde houve uma adequação dos itens e sub-itens da Ficha acadêmica às necessidades dos cursos profissionais. Na atual trienal, a avaliação desses cursos e a elaboração dos pareceres ficou a cargo de uma sub-comissão da Comissão de Avaliação que submeteu seus resultados a uma discussão plenária. Com a publicação de regulamentações mais explícitas para esses cursos através de duas portarias no ano passado, vai ser possível, futuramente, elaborar formatos e procedimentos de avaliação novos que reconhecerão, plenamente, as especificidades destes cursos.

### III. CONSIDERAÇÕES DA ÁREA SOBRE :

- PERIÓDICOS (COLETA ANO BASE-2009 QUE NÃO CONSTAM NO ATUAL “WEB- QUALIS” DA ÁREA
- QUALIS ARTÍSTICO (para as áreas pertinentes)
- ROTEIRO DE CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS (para as áreas pertinentes)

A produção intelectual dos programas na Área será avaliada por meio de (i) artigos completos publicados em periódicos científicos, (ii) trabalhos completos publicados em anais de congressos e (iii) livros e capítulos de livros e organização de coletâneas. Essa avaliação far-se-á pela produção integrada dos docentes e discentes.

Porém, em relação ao Quesito 4 das Fichas de Avaliação dos cursos acadêmicos e profissionais, apenas a produção dos docentes permanentes nos respectivos programas será considerada. A apresentação a seguir refere-se a essa parte da produção bibliográfica dos programas. A produção discente será incluída no Quesito 3 a respeito dos discentes-autores.

#### 1. PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS EM PERIÓDICOS E COMPLEMENTAÇÃO DO QUALIS PARA NOVAS REVISTAS EM 2009

A publicação da produção intelectual em periódicos é considerada de grande importância pela Área. Reconhecendo que uma parte grande dos periódicos nos quais os docentes permanentes da Área publicam raramente aparecem nos indexadores internacionais que medem o grau de impacto dos periódicos, a Área criou instrumentos pautados em critérios transparentes, objetivos e com certa flexibilidade seguindo acordos entre as grandes áreas de Ciências Sociais Aplicadas e das Humanidades a respeito da estruturação geral do Qualis de suas áreas (vide o Documento de Área de 2009).

Em relação à avaliação trienal atual da qualidade da produção bibliográfica dos programas foram observadas as respectivas planilhas publicadas pela CAPES para os anos 2007, 2008 e 2009. Observou-se alguns problemas em relação à qualificação da produção bibliográfica do corpo docente permanente:

Em relação ao 2007 houve um número reduzido (abaixo de 5% do total) de artigos que não tinha sido qualificado pelo Qualis da área. Esses trabalhos foram examinados e incluídos no Qualis quando se tratava mesmo de artigos publicados por docentes permanentes em periódicos (uma parte não o foi). Este mesmo procedimento foi adotado em relação aos dados de 2008; havia pouquíssimos artigos não qualificados.

Um problema maior surgiu em relação aos artigos publicados em 2009 em periódicos: uma parte muito significativa dos artigos não tinha sido qualificada porque os respectivos periódicos ainda não constavam no Qualis da área. Em relação a alguns programas, 100% da sua produção em revistas encontrava-se nessa situação. Em dez programas essa taxa superava 50%.

Foram 124 indicações de fontes onde os docentes permanentes publicaram seus trabalhos sem estar contemplado pela área. Numa pesquisa no WebQualis encontro-se a qualificação de uma boa parte desses periódicos que já constavam do Qualis de outras áreas. Foi adotado, então, o Qualis dessa área. Quando houve diferentes Qualis por várias áreas, assumiu-se aquele mais próximo ou à área temática do periódico ou mais próximo à nossa área (CSA ou Humanas). Houve 26 revistas (com um total de 28 trabalhos nelas publicadas) onde foi necessário fazer uma classificação própria conforme a metodologia adotada pela área (vide Documento de Área de 2009). Houve ainda 6 veículos que não foram considerados periódico.

Após essa complementação do Qualis foi possível calcular para cada programas e cada ano do triênio uma pontuação a partir dos pontos que tinham sido definidos para cada estrato do Qualis Periódicos (entre A1 e B5) no Documento de Área de 2009. De posse das pontuações dos três anos, foi calculada a média para cada programa. Essa pontuação média para cada programa foi o critério a partir do qual as faixas de valores para atribuição de conceitos (MB a D) foram definidas e os conceitos dos programa identificados como mostra o item 1a do Quesito 4.

## 2. PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS COMPLETOS EM ANAIS DE EVENTOS, CLASSIFICAÇÃO DE EVENTOS E PONTUAÇÃO DOS PROGRAMAS

Na avaliação da produção intelectual dos programas nos últimos triênios, a Área tem considerado, além de artigos publicados em periódicos, também trabalhos apresentados em congressos e conferências que foram publicados na íntegra nos anais desses eventos. Nos congressos de grande prestígio da área os trabalhos submetidos passam por um rigoroso processo de avaliação por pares e os selecionados e publicados são tão importantes para o avanço da área como os melhores artigos publicados em periódicos. A publicação em anais é considerada pela Área como contribuição importante para o avanço da discussão científica na medida em que essas ocasiões representam uma oportunidade de diálogo focado em determinadas temáticas estruturantes para a área. Em outras palavras, os anais permitem criar uma nucleação da produção científica que sofre com uma certa dispersão porque é geralmente apresentada em periódicos de diferentes áreas de conhecimento. Essa dispersão nos periódicos é, em certa medida, positiva e inevitável porque resultado da interdisciplinaridade e pluri-focalidade do trabalho dos docentes da área. Mas, os principais eventos da área - e a publicação dos trabalhos completos em anais - representam momentos indispensáveis de articulação e reformulação dos principais campos de preocupação e investigação da área.

Originalmente, a intenção foi a de adotar uma forma análoga à da classificação dos livros para os Anais nos quais docentes permanentes dos programas da área publicaram seus trabalhos completos (como se fossem capítulos). Diante da inviabilidade operacional dessa proposta (ela deve ser discutida para o próximo período de avaliação) optou-se por voltar ao sistema que tinha sido utilizado em triênios anteriores (vide a apresentação no Documento de Área de 2007). Assim, recorreu-se ao Qualis Eventos que foi publicado pela última vez em 2007 para uma primeira classificação dos eventos/anais dessa trienal.

Apenas para adaptar esse método aos novos estratos definidos no atual triênio foi feita uma conversão da seguinte forma: Eventos/anais antes classificados como Internacional A e B foram considerados no estrato E4; na mesma categoria serão considerados os anais

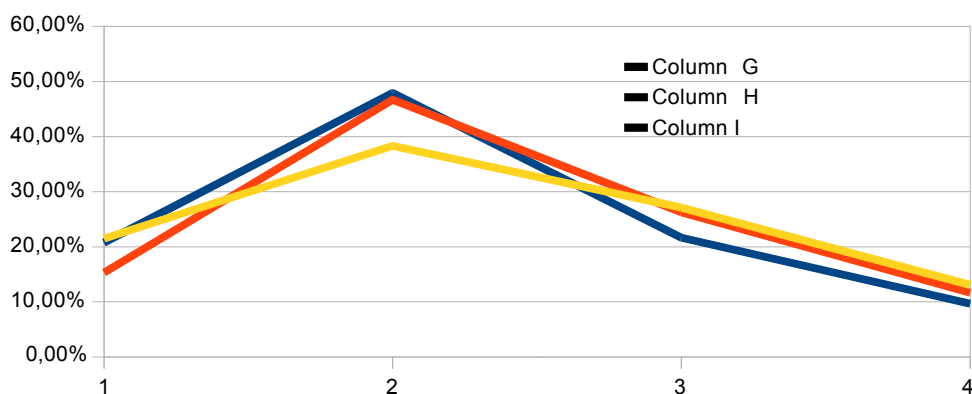
publicados pelos principais encontros nacionais das respectivas associações de pós-graduação no Brasil. O estrato E3 contempla eventos/anais internacionais de menor importância (impacto) e os demais eventos/anais nacionais importantes. Em E2 foram classificados eventos/anais nacionais de menor visibilidade e eventos regionais importantes. Para E1 sobram os eventos/anais de menor expressão regional e local.

Como acima mencionado, a base dessa classificação foi o Qualis - Eventos de 2007 ao qual se aplicou os estratos da maneira como apresentado. Em 2008 e 2009 houve uma série de eventos/anais sem essa prévia classificação que foram, então, apreciados e qualificados entre E4 e E1.

A próxima tabela mostra o resultado desse esforço. Nos três anos o estrato mais alto (E4) correspondeu por aproximadamente 10% dos eventos/anais; esse e os demais estratos encontram-se a seguir:

	2007	Em %	2008	Em %	2009	Em %
E1	45	20,74%	21	15,33%	23	21,50%
E2	104	47,93%	64	46,72%	41	38,32%
E3	47	21,66%	36	26,28%	29	27,10%
E4	21	9,68%	16	11,68%	14	13,08%
Total	217	100,00%	137	100,00%	107	100,00%

O próximo gráfico mostra a distribuição entre os quatro estratos dos eventos/anais para os três anos: onde o ponto 1 no eixo X representa o estrato E1 (mais baixo) e o ponto 4 o estrato mais alto (E4). As linhas correspondem aos anos do triênio (G = 2007; H = 2008; I = 2009):



Nos anais desses eventos foram publicados nos três anos mais de 2.000 trabalhos pelos docentes permanentes dos programas da área como mostra a tabela a seguir; apenas em 2008 foram mais do que mil:

Anos		
2007	2008	2009
632	1033	471
Total:		2136

Os trabalhos publicados foram pontuados conforme seu pertencimento aos diferentes estratos da mesma forma como a Área apresentou para livros e capítulos no seu Documento de Área: um trabalho publicado em Anais de estrato E4 ganha 1 ponto; em E3 ganha 0,75; em E2 ganha 0,5 e, finalmente em E1 apenas 0,25.

Para todos os programas foram elaboradas as pontuações a partir dos trabalhos que seus docentes permanentes publicaram nos respectivos anais para cada ano.

A média das três pontuações dos anos do triênio para cada programa representa a base para a

avaliação da qualidade desse tipo de produção do programa.

No item 1b do Quesito 4 encontram-se a definição das faixas e a classificação dessas pontuações nos conceitos MB, B, R, F e D.

### 3. PUBLICAÇÃO DE LIVROS, CAPÍTULOS E ORGANIZAÇÃO DE COLETÂNEAS, SUA CLASSIFICAÇÃO E A PONTUAÇÃO DE PROGRAMAS A RESPEITO DESSA PRODUÇÃO

Uma modalidade de veiculação da produção artística, tecnológica e científica importantíssima para a Área é o livro em suas diferentes expressões (coletâneas, por exemplo). Já há muito tempo que a Área reivindica que livros sejam contemplados na avaliação da qualidade da produção científica de um programa.

O livro, seja ele de autoria individual ou seja uma coletânea, constitui-se em referência para a construção de campos de conhecimento, definindo estilos e escolas de pensamento o que não é apenas uma situação particular da comunidade acadêmica brasileira.

A classificação de livros, capítulos de livros e coletâneas pela Área segue o roteiro aprovado na 111ª Reunião do CTC-ES, conforme apresentado no Documento de Área de 2009. Cabe enfatizar que as orientações e critérios deste roteiro foram estabelecidos visando exclusivamente à avaliação da produção intelectual dos programas de pós-graduação e, portanto, são inadequadas para avaliações individuais de professores, pesquisadores e alunos.

Também em termos operacionais, a classificação dos livros procurou seguir as orientações estabelecidas pelo CTC:

os programas da área encaminharam as fichas de identificação à biblioteca de referência (e ao coordenador da área) junto com as obras que estavam submetendo ao escrutínio.

Em equipe com seus estagiários, o coordenador transformou as fichas de identificação em planilhas onde havia para cada programa colunas adicionais para a inserção daqueles características das obras que iam ser apreciados na primeira etapa (formal) da classificação dos livros (vide Documanro de Área de 2009). Essas planilhas foram retornadas aos programas para conferir e consertar as informações e completá-las com as mencionadas características das obras indicadas.

Com exceção de um programa (que não participou por causa de um mal-entendido) todos cursos devolveram as planilhas cujo preenchimento foi verificado pela Comissão de Classificação de Livros em reunião específica a partir dos livros encaminhados à biblioteca de referência (UFRJ).

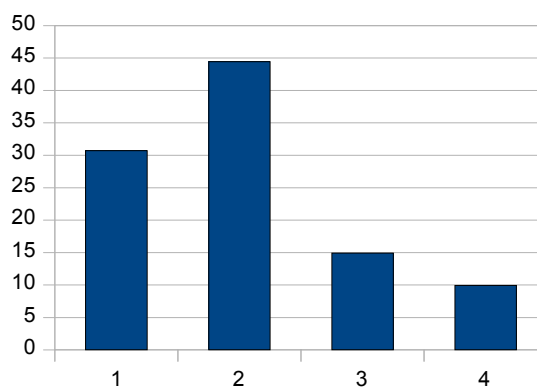
Nessa primeira etapa de apreciação das características formais estabeleceu-se três categorias: livros com pontos relativamente baixos ficaram numa faixa chamada de L1; uma outra parte formou o estrato L2 e um último (com mais de 60 pontos) foi considerado L3 e L4.

Esse último grupo foi analisado pelos membros da comissão em relação a três critérios: relevância, inovação e possível impacto. Aqueles que satisfizeram esses critérios constituem o estrato mais alto dessa classificação: o L4.

No total foram submetidos 342 livros à apreciação da área; sua distribuição entre os quatro estratos encontra-se na próxima tabela e no gráfico que segue (neste gráfico os pontos 1 a 4 no eixo X correspondem à L1 e L4):

Distribuição dos livros entre os estratos

L1	L2	L3	L4	Total
105	152	51	34	342
30,70%	44,44%	14,91%	9,94%	



A pontuação para a produção bibliográfica de cada programa operou-se da seguinte maneira: um livro classificado no estrato mais alto confere 4 pontos ao programa; se estiver em estrato inferior serão 3 – no caso de L3 -, 2 – no caso de L2 – e apenas 1 ponto no estrato mais baixo. Se o livro não for de autoria integral de um autor do programas, cada capítulo de autores do programa confere um quarto do valor do livro ao programa; até o máximo de quatro capítulos quando o programa já recebe o total dos pontos do livro.

Em caso de um docente do programa ter organizado uma coletânea, o programa ganha 10% do valor do livro.

Esse cálculo foi realizado para todos os programas e essas pontuações são a base para a atribuição dos conceitos entre MB e D ao programa como está apresentado no item 1c do Quesito 4.

#### 4. ARTICULAÇÃO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS EM RELAÇÃO AOS TRÊS TIPOS DE DIVULGAÇÃO DE SUA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

As três etapas da avaliação da produção bibliográfica dos programas, como apresentadas aqui, respeita uma decisão do CTC que não admite equivalência entre a apreciação baseada no Qualis Periódicos com nenhuma das outras formas de classificação. A própria pontuação baseada na classificação nos estratos está totalmente diferente na medida em que na publicação em **Periódicos** utiliza-se os sete estrato do Qualis com a pontuação própria para cada um (1; 0,85; 0,7; 0,55; 0,4; 0,25; 0,1). Já para **Livros** a pontuação segue uma outra escala: de 4 para 3, 2 e 1 para livros (sendo  $\frac{1}{4}$  para um capítulo) e para **Anais** em passos de 0,25 de 1 até o menor valor de 0,25.

Todo esse esforço é expressão da preocupação com o máximo rigor e fidedignidade da apreciação da produção bibliográfica que é um dos quesitos chaves de toda a avaliação. Pretende fazer juz à produção bibliográfica dos programas dentro dos limites que cada sistema de avaliação impõe ao processo.

Porém, há de se levar em consideração também as múltiplas mudanças que houve no último triênio especialmente em relação à avaliação da qualidade da produção bibliográfica dos programas. Se no início do triênio havia uma perspectiva de criar um sistema unificado e integrado (e bastante automatizado) de avaliação onde havia mecanismos de equivalências entre diferentes tipos de produção, na segunda metade do triênio esses planos foram abandonados por serem considerados inviáveis. O procedimento separado acima apresentado é um dos reflexos dessa decisão – que, aliás, nos parecia bastante razoável.

Essa “incomparabilidade” entre diferentes formas de expressão e divulgação da produção bibliográfica impede que se use algum cálculo quantitativo para articular os três tipos de produção; pois senão criaria, querendo ou não, por se certas equivalências.

A única solução de articulação entre as três avaliações parciais parece nos, por ora, o estabelecimento de determinadas regras que podem orientar a junção dos três resultados dos três tipos de produção; uma importância chave recai aqui sobre a expertise daqueles que foram encarregados desta tarefa de articulação e definição do conceito total para a qualidade da produção bibliográfica (Quesito 4, item 1).

As orientações que serão observadas no item 1 do Quesito 4 para unir as três diferentes apreciações num conceito único são as seguintes:

a) foi discutido com os coordenadores dos programas de pós-graduação da área que o conceito obtido na avaliação da produção referente à publicação em periódicos deve ser o elemento dominante para a atribuição do conceito final. Nenhum programa pode ter um conceito final deste item 4.1. menor do que aquele que tirou na avaliação de sua produção publicada em periódicos. Isto é não apenas o reconhecimento que a apreciação da publicação em periódicos é a mais consolidada, mas também uma sinalização da Área que se quer incentivar seus docentes de valorizar essa modalidade de difusão de sua produção.

Em outras palavras, excluindo casos excepcionais, nenhum programa pode perder pontos e piorar na classificação de sua produção bibliográfica só porque não se dedicou à publicação de trabalhos em anais ou em livros.

b) Se não será possível tirar um conceito pior daquele tirado neste primeiro tipo, é possível que os programas melhorem sua posição com publicações de trabalhos em anais, como livros, capítulos etc. A melhora do conceito pressupõe que os conceitos nos outros tipos de difusão da produção sejam superiores em um ou mais dessas formas. Caso essa superioridade se refira aos outros dois tipos, é possível – depois de uma análise mais detalhada da situação – que o programa possa avançar para um conceito global melhor do que aquele que ganhou pela publicação em periódicos. Em caso de destaque em um dos outros quesitos, esse avanço pode ser justificado se ao menos o outro conceito não seja pior do que o da publicação em periódicos.

Dessa forma, como se defende aqui, serão considerados elementos quantitativos e elementos quantitativos simultaneamente o que só pode melhorar a própria qualidade da avaliação.

## IV. FICHA DE AVALIAÇÃO

### IV.1 - PROGRAMAS ACADÊMICOS

#### RESULTADO FINAL:

Após a realização da avaliação através da atribuição de conceitos a sub-itens, itens e quesitos (vide a descrição do processo embaixo), a atribuição dos conceitos finais do conjunto dos 18 programas acadêmicos apreciados resultou na seguinte distribuição:

Legenda:

1 = conceito 7

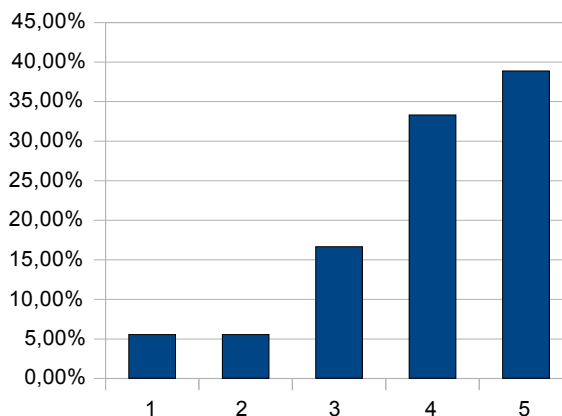
2 = conceito 6

3 = conceito 5

4 = conceito 4

5 = conceito 3;

nenhum curso recebeu o conceito final de 2 ou 1.



#### 1. PROPOSTA DO PROGRAMA

Para esse primeiro quesito sem peso no cálculo total dos programas obtém-se a seguinte distribuição dos programas entre as faixas dos conceitos:

#### RESULTADO PARA O QUESITO:

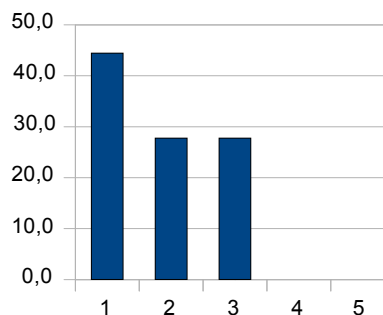
1 = conceito MB

2 = conceito B

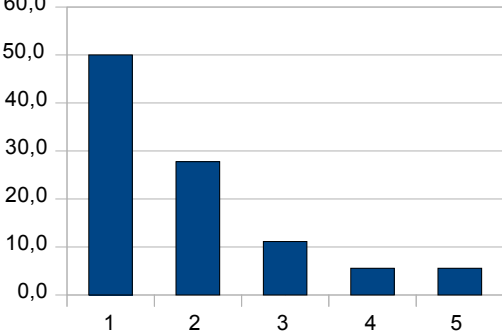
3 = conceito R

4 = conceito F

5 = conceito D





Essa forma será adotada em todos os gráficos de barra seguintes.														
<b>Itens de Avaliação</b>	<b>Peso</b>	<b>Avaliação</b>												
<p><b>1.1.Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.</b></p> <p>A avaliação foi realizada de forma qualitativa considerando os seguintes itens:</p> <p>a) Objetivos precisos do curso e perfil acadêmico pretendido com a formação proporcionada;</p> <p>b) Articulação entre objetivos, área(s) de concentração, linhas de pesquisa e projetos.</p> <p>c) Clareza e precisão das linhas de pesquisa e sua relação com as qualificações e atuação do corpo docente;</p> <p><i>Observação: é recomendável que, apesar de não ser requisito, os PP sejam desenvolvidos por meio de laboratórios, ampliando e solidificando o intercâmbio entre os corpos docente e discente;</i></p> <p>d) Apresentação da estrutura curricular e adequação à(s) área(s) de concentração e, eventualmente, às linhas de pesquisa bem como ao perfil do corpo docente; distribuição das disciplinas obrigatórias e eletivas (quando há essa distinção); disciplinas dedicadas à fundamentação teórica e ao ensino de metodologia e técnicas de investigação científica; seminários de projetos, de pesquisa e temáticos.</p> <p>e) Justificativa da consistência da produção acadêmica com a(s) área(s) de concentração e as linhas de pesquisa; identificando situações particulares (novas linhas, novos projetos, novos grupos de pesquisa); Examinar a consistência quantitativa e qualitativa da produção acadêmica com a(s) área(s) de concentração e as linhas de pesquisa.</p> <p>f) Compatibilidade da produção acadêmica com a(s) área(s) de concentração e as linhas de pesquisa; / -</p> <p>g) Mecanismos de avaliação do programa por docentes e discentes.</p> <p>h) Evolução recente do corpo docente e do programa (da estrutura curricular do curso; da mudança de créditos, etc.).</p> <p>Deve ser atribuído um conceito de Muito Bom a Deficiente com a seguinte pontuação:</p> <table border="1" data-bbox="260 1794 750 2007"> <thead> <tr> <th>Conceito</th> <th>Pontuação</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Muito Bom</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>Bom</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td>Regular</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>Fraco</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>Deficiente</td> <td>1</td> </tr> </tbody> </table> 	Conceito	Pontuação	Muito Bom	5	Bom	4	Regular	3	Fraco	2	Deficiente	1	<b>50%</b>	
Conceito	Pontuação													
Muito Bom	5													
Bom	4													
Regular	3													
Fraco	2													
Deficiente	1													

A distribuição da avaliação dos programas entre os conceitos tomou a seguinte forma:  
(1 = MB; 2 = B; etc.)

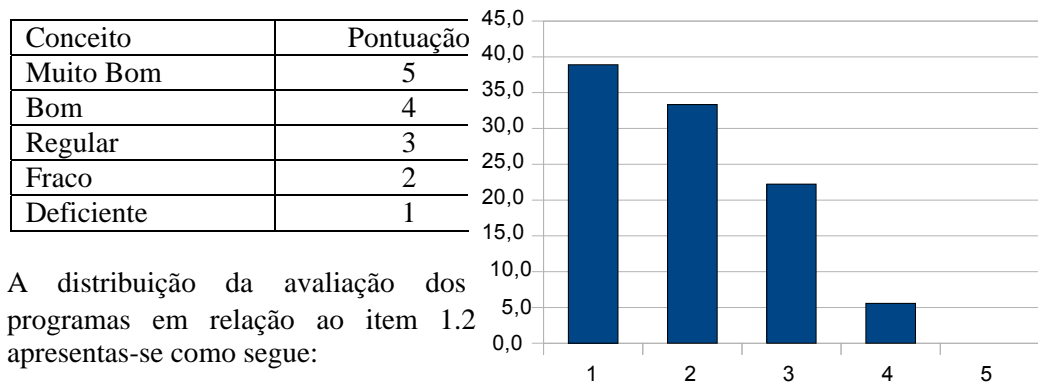
**1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.**

**35%**

A avaliação foi realizada de forma qualitativa considerando os seguintes itens:

- a) Identificação dos desafios do programa e formulação de metas e propostas para seu enfrentamento tanto em relação à formação quanto à produção de conhecimentos;
- b) Explicitação do planejamento e das metas propostas incluindo as medidas a serem tomadas para seu alcance.
- c) Planejamento de cooperação e de convênios com associações e redes nacionais e internacionais.
- d) Diretrizes e critérios do programa relativos a publicações e divulgação de conhecimento em fóruns acadêmicos;
- e) Definição de procedimentos internos de: Credenciamento de entrada no programa e como orientador de mestrado e/ou doutorado; formas de acompanhamento de egressos; existência de plano próprio para capacitação docente.

Deve ser atribuído um conceito de Muito Bom a Deficiente com a seguinte pontuação:



**1.3. Infra-estrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.**

**15%**

Existência, adequação e suficiência de:

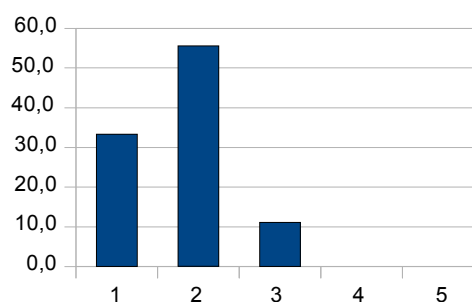
- a) Infra-estrutura de apoio administrativo próprio (secretaria), salas para docentes e discentes, auditórios etc.
- b) Laboratórios com condições para a realização das pesquisas docentes e discentes.
- c) Biblioteca que permita o acesso rápido às informações, com ênfase nos periódicos; acesso ao Portal Capes ou similar.

- d) Recursos de informática *hardware* e *software* disponíveis para alunos e docentes.
- e) Captação de recursos financeiros do Programa/Projetos/eventos para a realização de suas atividades docentes e de orientação.
- f) Captação de recursos para ações de apoio ao curso/programa (apoio institucional e financiamento por parte de órgãos externos).

Deve ser atribuído um conceito de Muito Bom a Deficiente com a seguinte pontuação:

Conceito	Pontuação
Muito Bom	5
Bom	4
Regular	3
Fraco	2
Deficiente	1

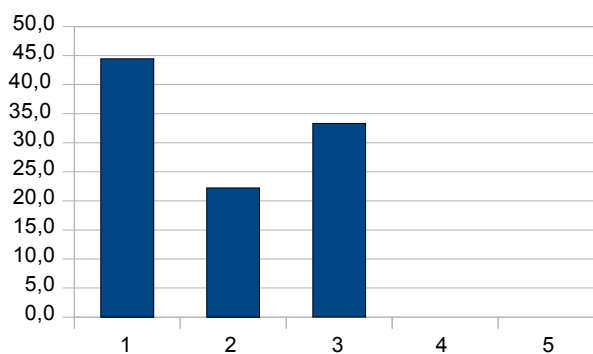
A distribuição dos programas em relação aos conceitos apresenta-se da seguinte forma:



## 2. CORPO DOCENTE

Após a realização das avaliações para todos os itens desse quesito, a distribuição dos conceitos obtidos pelos programas acadêmicos apresenta-se da seguinte forma:

RESULTADO PARA O QUESITO:



Itens de Avaliação

Peso

Av  
ali  
aç  
ão

**2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.** **15%**

a) Composição do corpo docente permanente por doutores com formação ou atuação no campo temático do curso/programa; (Peso 30%)

Avaliação qualitativa da adequação da formação e atuação no campo do Programa:

<b>ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO</b>	<b>AVALIAÇÃO</b>
Adequado	5
Com algumas inadequações	3
inadequado	1

b) Grau de endogenia na formação do corpo docente permanente (instituições onde obtiveram doutoramento); (Peso 10%)

Verificar proporção do corpo docente oriunda de outras IES que não a do Programa:

<b>GRAU DE ENDOGENIA DO CORPO DOCENTE</b>	<b>AVALIAÇÃO</b>
< 30%	5
Entre 30 e 60%	3
> = 60%	1

c) Nível de experiência do corpo docente permanente; proporção de doutores com titulação inferior a cinco anos (Peso 25%)

<b>PROPORÇÃO DE DOCENTES COM MENOS DE CINCO ANOS DE DOUTORADO</b>	<b>AVALIAÇÃO</b>
< 30%	5
Entre 30 e 50%	3
> 50%	1

d) *Docentes permanentes do programa consultores técnico-científicos* de instituições públicas, privadas e órgãos de fomento, pareceristas, corpo editorial e editor de periódicos especializados nacionais e internacionais, visitantes em outras IES nacionais e internacionais e semelhantes; (Peso 20%)

Verificar a atuação de pelo menos 50% de docentes do Programa como professor visitante, consultor, parecerista, etc.

<b>PROPORÇÃO DE DOCENTES NESTA CONDIÇÃO</b>	<b>AVALIAÇÃO</b>
> 50%	5
< = 50%	1

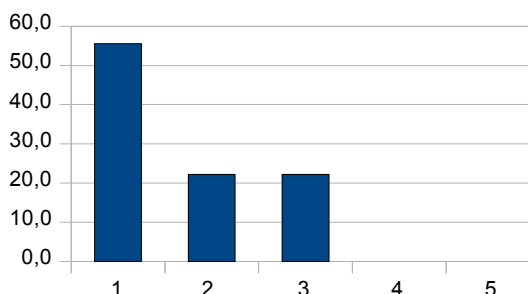
e) *Capacitação continuada do corpo docente*; (Peso 15%).

<b>CAPACITAÇÃO CONTINUADA</b>	<b>AVALIAÇÃO</b>
-------------------------------	------------------

	Ao menos 1 docente nos últimos 3 anos	5
	Ao menos 1 docente nos últimos 6 anos	3
	Nenhum docente nos últimos 6 anos	1

O conceito final desse item será atribuído da seguinte maneira:  
 Index = Soma (peso do sub-item em % \* pontos da avaliação)

Pontos	Conceito
4,2 < Index <= 5,0	Muito Bom
3,4 < Index <= 4,2	Bom
2,6 < Index <= 3,4	Regular
1,8 < Index <= 2,6	Fraco
Index <= 1,8	Deficiente



2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa

30%

**O programa deve satisfazer as seguintes condições:**

- i) o programa deve ter no mínimo 8 docentes permanentes;
- ii) a proporção de docentes do corpo permanente em relação ao corpo docente total do programa: como disposto na Portaria 068/2004, pelo menos 70% dos docentes do Programa devem integrar o corpo de docentes permanentes
- iii) o percentual de docentes permanentes em condições especiais (PRODOC, aposentados e conveniados) não deve ultrapassar 30% em relação ao total de docentes permanentes; vide exceção para programas em rede
- iv) a proporção de docentes permanentes que podem participar nessa mesma condição em apenas um outro programa; não pode ultrapassar 20%.

**Caso o programa não satisfaça essas quatro condições, seu conceito nesse item será baixado por um nível.**

a) Estabilidade do corpo docente permanente identificando eventuais oscilações em sua composição e nível de qualificação; as oscilações na composição do corpo docente total não devem ser maiores do que 20% de um ano para o outro. (Peso 20%)

*Observação: é importante atentar para mudanças que possam expressar queda da qualidade da equipe ou falta de respaldo da IES ao programa. Caso um programa apresenta oscilações acima do limite estabelecido este deve esclarecer as razões para esse fato. Cabe a área julgar se aceita a justificativa e mantém a pontuação de 5 pontos nesse subitem.*

Oscilação do número de docentes permanentes no triênio	AValiação
<= 60 %	5
> 60 %	1

b) Responsabilidades dos docentes permanentes na oferta de disciplinas; não se admite a responsabilidade por disciplina obrigatória por docente que não seja do Corpo Permanente. (Peso 40%)

Proporção de docentes permanentes ministrando aulas por ano	AVALIAÇÃO
>= 80 %	5
< 80 %	1

c) Participação dos docentes do quadro permanente em projetos de pesquisa (Peso 40%)

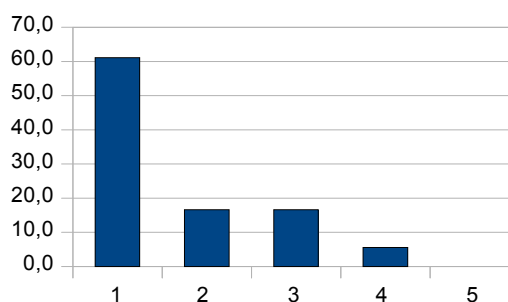
Proporção de docentes permanentes em projetos de pesquisa	AVALIAÇÃO
> 80 %	5
<= 80 %	1

O conceito final desse item será atribuído da seguinte maneira: Considera-se aqui apenas os sub-itens a) a d):

Index = Soma (peso do sub-item em % \* pontos da avaliação)

A distribuição dos conceitos obtidos pelos programas nesse item observa-se a seguir:

Pontos	Conceito
4,2 < Index <= 5,0	Muito Bom
3,4 < Index <= 4,2	Bom
2,6 < Index <= 3,4	Regular
1,8 < Index <= 2,6	Fraco
Index <= 1,8	Deficiente



2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.

35%

a) Proporção das atividades de orientação e *dinâmica do Programa em relação à dependência da atuação de docentes visitantes e colaboradores*; (Peso 15%)

Proporção dos docentes permanentes em orientação	AVALIAÇÃO
>= 80 %	5
< 80 %	1

b) Proporção das atividades de publicação científica realizadas pelos docentes permanentes; (Peso 15%)

Proporção dos docentes permanentes em publicação científica	AVALIAÇÃO
>= 80 %	5
< 80 %	1

c) Distribuição da carga letiva entre os docentes permanentes, colaboradores e visitantes do Programa; (Peso 25%)

<b>Proporção da carga horária ministrada por ano por docentes permanentes em relação à carga horária oferecida pelo corpo docente</b>	<b>AVALIAÇÃO</b>
> 80 %	5
<= 80 %	1

d) Média de carga horária oferecida pelo corpo permanente; (Peso 15%)

<b>Média da carga horária</b>	<b>AVALIAÇÃO</b>
> 90	5
> 70	4
> 45	3
>30	2
= < 30	1

e) Participação dos 20% dos docentes permanentes com maior carga horária em disciplinas no total da carga horário no período ministrado pelos corpos docentes; (Peso 15%)

<b>CARGA HORÁRIA - CH</b>	<b>AVALIAÇÃO</b>
CH <= 40%	5
40 < CH <= 50	4
50 < CH <= 60	3
60 < CH <= 70	2
CH > 70	1

f) Pesquisa em grupo: número de projetos de pesquisa do qual participam mais de um docente do programa (podendo incluir discentes); ou com docentes e pesquisadores de outras instituições; (Peso 15%)

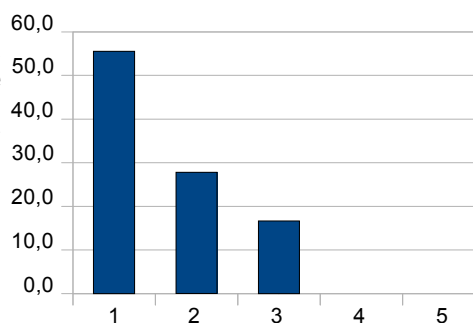
<b>Proporção de Pesquisas em equipe (PE)</b>	<b>AVALIAÇÃO</b>
PE >= 0,80	5
0,60 <= PE < 0,80	4
0,40 <= PE < 0,60	3
0,20 <= PE < 0,40	2
PE < 0,20	1

O conceito final desse item será atribuído da seguinte maneira considerando a seguinte tabela (página seguinte):

Index = Soma (peso do sub-item em % \* pontos da avaliação)

A distribuição dos conceitos é a seguinte:

Pontos	Conceito
--------	----------



4,2 < Index <= 5,0	Muito Bom		
3,4 < Index <= 4,2	Bom		
2,6 < Index <= 3,4	Regular		
1,8 < Index <= 2,6	Fraco		
Index <= 1,8	Deficiente		

**2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. .**

**10%**

a) Carga horária média dos docentes permanente na graduação; (25%)

Atividades letivas nos Cursos de Graduação (CG): Considerar o número de horas médias por docente dedicado ao ensino de graduação.

*Observação: O conceito **Não Se Aplica** àqueles Programas que não têm vínculos com cursos de Graduação*

Carga horária média anual no triênio na graduação (CG)	Conceito
CG < 180	5
180 ≤ CG < 220	4
220 ≤ CG < 260	3
260 ≤ CG < 300	2
300 < CG	1

b) Proporção de docentes permanentes do programa com carga didática dedicadas à graduação; (Peso 25%)

DOCÊNCIA NA GRADUAÇÃO	AVALIAÇÃO
DG ≥ 0,70	5
0,50 ≤ DG < 0,70	4
0,30 ≤ DG < 0,50	3
0,15 ≤ DG < 0,30	2
DG < 0,15	1

c) Proporção de docentes permanentes do programa com responsabilidade na orientação em iniciação científica, trabalho de conclusão de curso ou equivalente; valorização da inserção em projetos de iniciação científica e preparo ou formação de futuros ingressantes na PG; (Peso 50%)

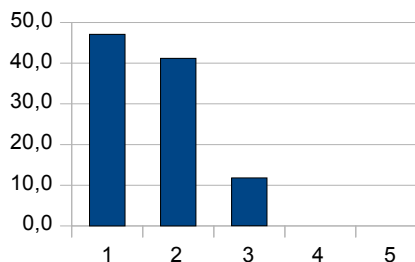
Número de orientações na graduação/docente permanente/ano	Conceito
1 ≤ OG	5
0,5 ≤ OG < 1	4
0,3 ≤ OG < 0,5	3
0,1 ≤ OG < 0,3	2
OG < 0,1	1

O conceito final desse item será atribuído da seguinte maneira considerando a seguinte tabela:  
Index = Soma (peso do sub-item em % \* pontos da avaliação)



A distribuição dos conceitos entre os programas é a seguinte:

Pontos	Conceito
4,2 < Index <= 5,0	Muito Bom
3,4 < Index <= 4,2	Bom
2,6 < Index <= 3,4	Regular
1,8 < Index <= 2,6	Fraco
Index <= 1,8	Deficiente



**2.5. Proporção do corpo docente com importante captação de recursos para pesquisa (agências de fomento, bolsa de produtividade, financiamentos nacionais e internacionais, convênios, etc.).** **10%**

a) Capacidade dos docentes permanentes de captar financiamentos para realização de pesquisa por agências de fomento nacionais e internacionais e outras fontes de financiamento; (Peso 50%)

Proporção de coordenadores de projetos financiados/ docentes permanentes	Conceito
CPF >= 50	5
40 <= CPF < 50	4
CPF < 40	3
CPF < 30	2
CPF < 20	1

b) Proporção de docentes permanentes com Bolsa de Pesquisa (CNPq) ou semelhantes (bolsas de pesquisa para docentes das FAPs); (Peso 30%)

Proporção de docentes com Bolsa de Pesquisa	Conceito
PDB >= 25	5
20 <= PDB < 25	4
PDB < 20	3
PDB < 15	2
PDB < 10	1

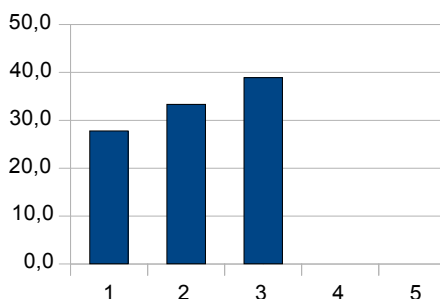
c) Proporção de docentes permanentes em coordenação de laboratórios e grupos de pesquisa cadastrados no CNPq. (Peso 20%).

Proporção de docentes em coordenação de laboratórios e grupos de pesquisa	Conceito
PDB >= 50	5
40 <= PDB < 50	4
30 <= PDB < 40	3
20 <= PDB < 30	2
10 <= PDB < 20	1

O conceito final desse item será atribuído da seguinte maneira considerando a seguinte tabela:

Index = Soma (peso do sub-item em % \* pontos da avaliação)

Pontos	Conceito
4,2 < Index <= 5,0	Muito Bom

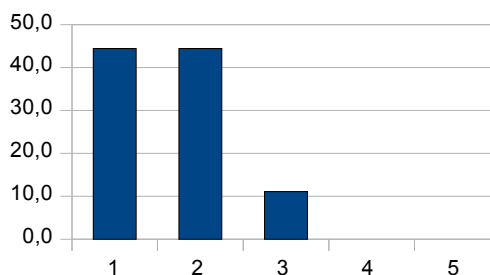


3,4 < Index <= 4,2	Bom
2,6 < Index <= 3,4	Regular
1,8 < Index <= 2,6	Fraco
Index <= 1,8	Deficiente

### 3. CORPO DISCENTE, TESES E DISSERTAÇÕES

Após a atribuição de conceitos para todos os itens do presente quesito, a distribuição do conceito entre os programas para o quesito na sua totalidade distribue-se da seguinte forma:

RESULTADO PARA O QUESITO:



Itens de Avaliação

Peso

Avaliação

3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.

30%

a) Proporção de **orientações em relação ao corpo docente permanente** como medida para acompanhar o processo de formação de mestres e doutores antes da defesa das suas teses e dissertações (Peso 10%):

Orientandos por NPD (ON)		Conceito
3,0 <= ON < 7,0		5
2,0 <= ON < 3,0	7 <= ON < 8	4
1,0 <= ON < 2,0	8 <= ON < 9	3
0,5 <= ON < 1,0	9 <= ON < 10	2
ON < 0,5	10 < ON	1

b) Proporção de teses e dissertações **defendidas em relação ao corpo docente permanente** (adequar os critérios quantitativos em relação aos novos docentes permanentes - aqueles que atuam há menos de três anos no programa); (Peso 40%)

DT – (número de mestres titulados + 2x doutores titulados) / (número total de docentes permanentes do programa)

Proporção DT/ Docentes Permanentes	Conceito
1,0 ≤ DT ≤ 3	5
0,7 ≤ DT < 1,0 [3 < DT ≤ 5]	4
0,4 ≤ DT < 0,7 [5 < DT ≤ 8]	3
0,1 ≤ DT < 0,4 [8 < DT ≤ 10]	2
DT < 0,1 [10 < DT]	1

#### Considerações

- 1 – Pode haver distorções quando um dos níveis foi criado recentemente;  
2 – Trabalhar por ano

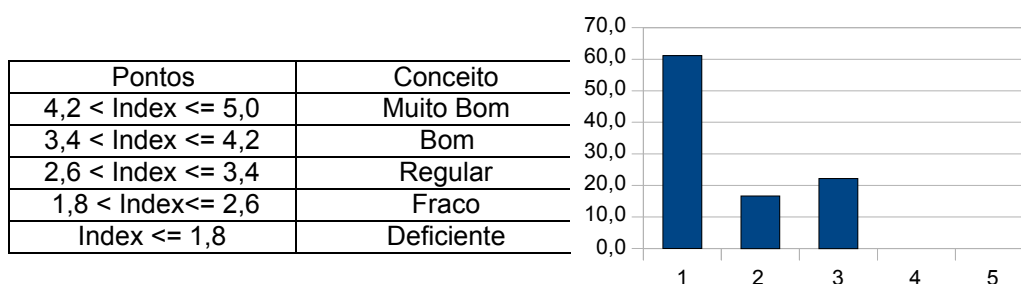
c) proporção de titulações em relação à **matrícula nova do respectivo ano** de alunos de mestrado e, se tiver, doutorado. (Peso 50%)

Será avaliado o percentual de titulados (T) no ano-base em relação ao número de alunos com primeira matrícula deste ano, considerando-se conjuntamente Mestrado e Doutorado.

Titulados por total de alunos no início do ano	Conceito
$60 \leq T$	5
$50 \leq T < 60$	4
$40 \leq T < 50$	3
$20 \leq T < 40$	2
$T < 20$	1

O conceito final desse item será atribuído da seguinte maneira considerando a seguinte tabela:

Index = Soma (peso do sub-item em % \* pontos da avaliação)



3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação aos docentes do programa.

30%

a) *Distribuição de orientações de dissertações e teses em andamento entre os docentes permanentes:* Considerar a porcentagem de orientações na Pós-graduação pelos 20% de docentes (do total de docentes) com maior número de **orientandos**. (Peso 20%)

Porcentual de orientandos pelo 20% de docentes com maior número de orientandos (PO)	Conceito
$PO \leq 30$	5
$30 < PO \leq 40$	4
$40 < PO \leq 50$	3
$50 < PO < 60$	2
$60 \leq PO$	1

b) Distribuição de **dissertações e teses defendidas** entre o total de docentes permanentes: Considerar a porcentagem de defesas na Pós-graduação pelos 20% de docentes (do total de docentes) com maior número de **dissertações e teses defendidas**. (Peso 60%)

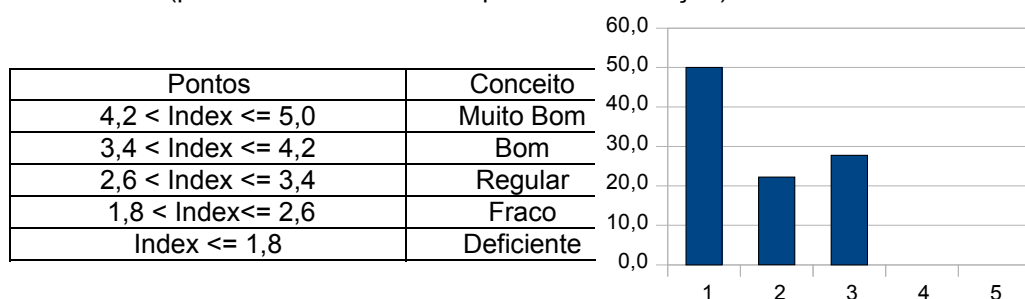
Porcentual de dissertação/tese defendidas pelo 20% de docentes com maior número de defesas (PO)	Conceito
$PO \leq 40$	5
$40 < PO \leq 50$	4
$50 < PO \leq 60$	3
$60 < PO < 70$	2
$70 \leq PO$	1

c) *Proporção de docentes permanentes cujos orientandos defenderam dissertações e teses em relação à dimensão do corpo docente permanente: Usar a porcentagem de orientadores do corpo docente permanente de mestrado e de doutorado (em conjunto) em relação ao total do NDP. (Peso 20%)*

Porcentual de orientadores do corpo docente permanente (PO)	Conceito
PO >= 80	5
70 <= PO < 80	4
60 <= PO < 70	3
50 <= PO < 60	2
PO < 50	1

O conceito final desse item será atribuído da seguinte maneira considerando a seguinte tabela:

Index = Soma (peso do sub-item em % \* pontos da avaliação)



3.3. *Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IÊS com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área*

35%

Avalia-se a participação de discentes autores da Pós-graduação. Admite-se a publicação vinculada à dissertação ou tese gerada até 2 (dois) anos após a obtenção do título de Mestre e até 3 anos após a obtenção do título de Doutor. Estas publicações deverão constar do COLETA CAPES no ano-base da avaliação. Não serão consideradas como publicação as teses/dissertações recolhidas às bibliotecas ou divulgadas em meio magnético, conforme as exigências da CAPES. A co-autoria com alunos da Graduação é valorizada qualitativamente.

a) *proporção entre número de discentes-autores com o número de alunos matriculados (por ano); O indicador neste item é a relação porcentual entre o número de discentes-autores (incluindo co-autoria com docentes) na Pós-graduação e o número de discentes no início do ano-base, segundo o quadro abaixo: Entende-se por discente-autor aquele que tenha produção científica além de sua tese ou dissertação. (Peso 50%)*

Aluno-autor por discente no início do ano-base (D)	Conceito
20 <= D	MB
15 <= D < 20	B
10 <= D < 15	R
5 <= D < 10	F
D < 5	D

b) *Proporção de egressos-autores em relação ao número total dos alunos titulados no respectivo ano (é uma proxy para as titulações dos últimos três anos); não haverá diferenciação entre mestrado e doutorado, onde tiver. (Peso 30%)*

Dissertações e Teses Publicadas	
Proporção	Conceito
50 <= DP	MB
30 <= DP < 50	B
20 <= DP < 30	R
10 <= DP < 20	F
DP < 10	D

c) Diversificação institucional dos integrantes de bancas examinadores externos ao programa por ano. (Peso 20%)

Este item considera desejável que as bancas examinadoras de mestrado e doutorado tenham integrantes externos ao Programa e/ou à IES. O indicador para o item é o percentual de participantes externos nas bancas examinadoras, considerando conjuntamente mestrado e doutorado, segundo o quadro abaixo:  
 Observações: Para o caso de novos mestrados, durante seus dois primeiros anos, será atribuído neste item o conceito **Não Se Aplica**. Para o caso de novos doutorados, durante seus quatro primeiros anos, será atribuído neste item o conceito **Não Se Aplica**

Porcentual de participantes externos (PE)	Conceito
30 <= PB	MB
25 <= PB < 30	B
10 <= PB < 25	R
05 <= PB < 10	F
PB < 05	D

O conceito final desse quesito será atribuído da seguinte maneira considerando a seguinte tabela:  
 Index = Soma (peso do sub-item em % \* pontos da avaliação)

Pontos	Conceito
4,2 < Index <= 5,0	Muito Bom
3,4 < Index <= 4,2	Bom
2,6 < Index <= 3,4	Regular
1,8 < Index <= 2,6	Fraco
Index <= 1,8	Deficiente

Conceito	Porcentual
1	38,0
2	38,0
3	15,0
4	0,0
5	5,0

**3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.** 5%

*Observação: será considerada de forma diferenciada a situação de alunos vinculados a projetos especiais aprovados pela Capes, como Minter e Dinter.*

Serão considerados os prazos médios de titulação, distinguindo alunos bolsistas e não-bolsistas, conforme os indicadores a seguir, consolidados ao final em um único indicador/conceito:

a) Tempo médio de titulação de todos alunos (50 %):

Esse item será classificado de acordo com o tempo médio de titulação de todos os alunos sem distinção entre bolsistas e não bolsistas

Observações: Para o caso de novos mestrados, durante seus dois primeiros anos, será atribuído neste item o conceito **Não Se Aplica**. Para o caso de novos doutorados, durante seus quatro primeiros anos, será atribuído neste item o conceito **Não Se Aplica**

Mestrado		Doutorado	
Meses para titulação MT	Conceito	Meses para titulação DT	Conceito
MT ≤ 30	MB	DT ≤ 54	MB
30 < MT ≤ 33	B	54 < DT ≤ 60	B
33 < MT ≤ 36	R	60 < DT ≤ 66	R
36 < MT ≤ 39	F	66 < DT ≤ 72	F
MT > 39	D	DT > 72	D

Para aqueles cursos com os dois níveis, o conceito final, será atribuído de acordo com a tabela abaixo:

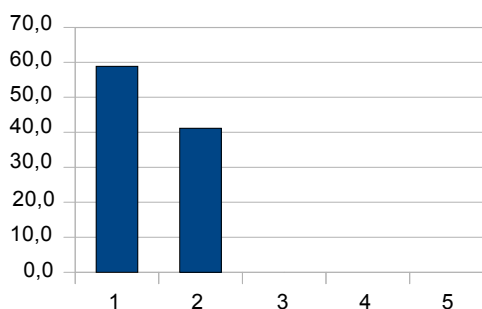
DOUTORADO	MESTRADO				
	MB	B	R	F	D
MB	MB	MB	B	R	R
B	MB	B	R	R	F
R	B	R	R	F	F
F	R	R	F	F	D
D	R	R	F	D	D

b) Parcela de bolsistas de mestrado ou doutorado em relação ao total de bolsistas ou de mestrado ou doutorado que defenderam suas dissertações e teses dentro do prazo de 30 meses (mestrado) ou 48 meses (doutorado) (50 %):

Calcula-se o número de bolsistas que defenderam dentro dos prazos de 30 ou 48 meses em relação ao número total de bolsistas de cada categoria (mestrado ou doutorado).

Esse sub-item não se aplica a programas sem bolsas.

Na aplicação desses dois indicadores (mestrado e doutorado) mostrou-se que não foi possível usar a avaliação dos bolsistas de doutorado. Primeiro, para os programas com doutorado recém implantado esse indicador não vale ao menos para os primeiros anos; segundo, o prazo de 48 meses para a defesa de teses de doutorado não parece corresponder à realidade da área. Seria necessário calcular os índices com um prazo maior – talvez 48 + 6 meses – para ter resultados significativos e não erráticas. Por isto, nesse sub-item foram apenas considerados os bolsistas de mestrado:



Mestrado	
Parcela de titulados bolsistas de mestrado	Conceito
TM > 80	MB
60 > TM ≤ 80	B
40 > TM ≤ 60	R
20 > TM ≤ 40	F
TM < 20	D

O conceito final desse quesito será atribuído da seguinte maneira considerando a tabela a seguir:

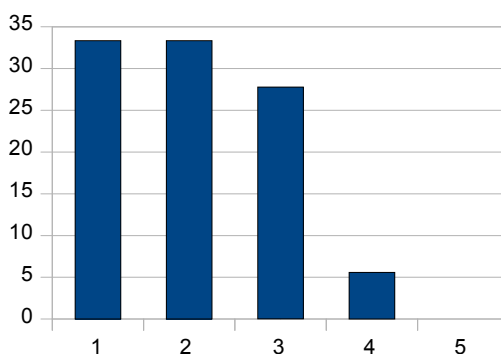
Index = Soma (peso do sub-item em % \* pontos da avaliação)

Pontos	Conceito
4,2 < Index <= 5,0	Muito Bom
3,4 < Index <= 4,2	Bom
2,6 < Index <= 3,4	Regular
1,8 < Index <= 2,6	Fraco
Index <= 1,8	Deficiente

Resultado desse item:

#### 4. PRODUÇÃO INTELECTUAL

A distribuição dos conceitos para o quesito entre os programas apresenta-se da seguinte maneira:



Itens de Avaliação

Peso

Av  
ali  
aç  
ão

#### 4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.

**60,00 %**

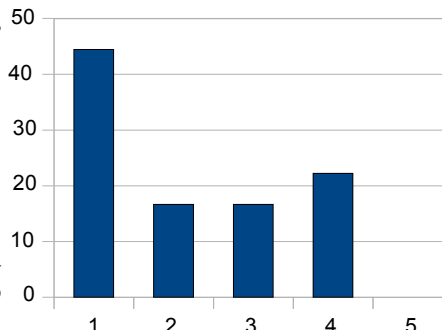
Para auferir a qualidade da produção intelectual do programa serão considerados aqueles trabalhos de seus docentes permanentes que foram publicados na forma de artigos em periódicos, de livros, capítulos de livros qualificados e de trabalhos completos em anais segundo o respectivo Qualis Periódico e demais formas de classificação da Área (livros e eventos/anais).

Cada produto será contabilizado apenas uma vez, ou seja, os trabalhos elaborados em co-autoria por mais de um docente permanente do programa contribuem para a apreciação da qualidade apenas uma vez.

A avaliação da qualidade da produção intelectual será realizada em três fases diferentes:

- I. a avaliação dos artigos publicados em periódicos;
- II. a avaliação dos trabalhos completos em Anais
- III. a avaliação dos livros e capítulos de livros publicados por docentes permanentes do programa.

O resultado da atribuição de conceitos aos três tipos da divulgação da produção bibliográfica dos programas resulta na seguinte distribuição entre eles:



**a) Produção bibliográfica em PERIÓDICOS:**

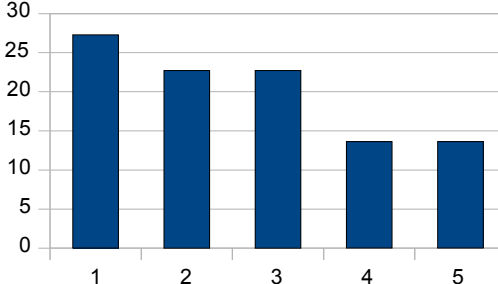
Os estratos para atribuição de conceitos MB a D foram definidos da seguinte forma: por causa de dois programas cujas pontuações médias dos três anos do triênio destoam do conjunto dos programas (14,12 e 9,15, respectivamente) foi usado como referência da distribuição a terceira mais alta pontuação média atingida (6,68).

Nessa base foi usado o seguinte escalonamento:

	Faixas	Limites de pontuação
MB	> 80%	> 5,34
B	> 40%	> 2,67
R	> 25 %	> 1,67
F	> 15 %	> 1,00
D	<= 15%	<= 1,00

A uma avaliação desse tipo de produção de todos os programas leva à seguinte distribuição entre eles:

como sempre, coluna 1 representa MB; coluna 2 B e assim adiante.



**b) Produção bibliográfica enquanto trabalhos completos publicados em ANAIS de**

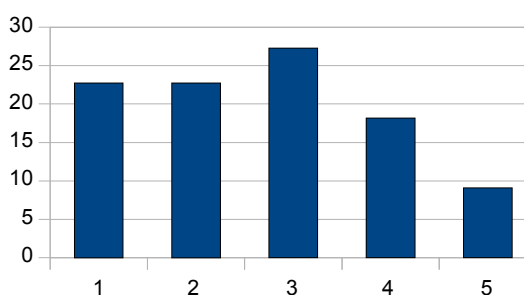


**Evento:**

A construção dos estratos deu-se a partir da média das pontuações dos programas dos três anos da produção bibliográfica publicada em Anais. Como referência foi escolhida a segunda maior pontuação média (45,75), porque a primeira ficava muito distante dos programas da área (62,17). Os estratos definem-se da seguinte maneira:

	Faixas	Limites de pontuação
MB	> 85%	> 38,89
B	> 45%	> 20,59
R	> 25 %	> 11,44
F	> 12,5 %	> 5,72
D	<= 12,5%	<= 5,72

Neste caso, os programas acadêmicos mostram a seguinte distribuição:

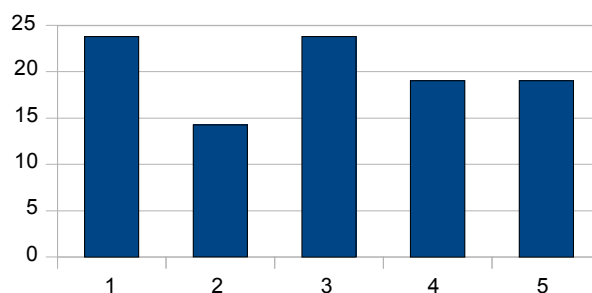


**c) Produção bibliográfica na forma de livros, capítulos, organização de coletânea etc:**

Conforme anteriormente apresentado, todos os livros com contribuições de docentes dos programas da área foram classificados e ganharam pontos conforme estrato e tipo de autoria. À soma dessas pontuações por programa foi, então, atribuído um conceito conforme a seguinte distribuição de faixas (a referência neste caso foi a pontuação mais alta obtida com um primeira faixa mais larga – até 65% desse valor):

	Faixas	Limites de pontuação
MB	> 65%	> 34,58
B	> 40%	> 21,28
R	> 25 %	> 13,3
F	> 15 %	> 7,98
D	<= 15%	<= 7,98

A pontuação dos programas acadêmicos levou à seguinte distribuição entre os cinco conceitos (MB a D):



**d) Articulação entre os três tipos de produção bibliográfica e definição da qualidade total a partir dos diferentes veículos de sua divulgação:**

O próprio levantamento dos tipos de trabalhos ou meios de divulgação mostra uma heterogeneidade bastante significativa entre as formas de atuação dos programas. A reunião dessas diferentes formas não deve ser realizado, como já argumentado em outro lugar, através de um mero cálculo quantitativo. Foram observados, programa por programa, os conceitos obtidos em cada uma das três modalidades e aplicou-se as regras acima explicitadas (Parte III desse Relatório). Assim, se obtem uma distribuição dos conceitos entre os programas como apresentado logo no início desse item (vide acima).

**4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.**

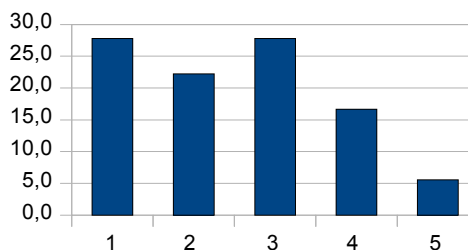
**50,00 %**

Para essa avaliação da distribuição de publicações qualificadas analisa-se a parcela da produção bibliográfica total que foi publicado pelos 20% mais produtivos docentes permanentes de cada programa. Esse valor foi calculado para cada um dos três anos; sua média do triênio é a base da classificação desse critério.

O menor valor encontrado para essa concentração da produção no corpo docente foi de 22% - no caso os 20% docentes mais produtivos apenas reúnem em si uma produção que quase corresponde a essa percentagem. A partir desse valor serão definidas diferentes faixas de classificação que correspondem a diferentes conceitos. Em oposição aos casos anteriores, aqui as faixas são determinadas pela magnitude pela qual um programa *ultrapassa* o valor médio mínimo. Por causa disto, os conceitos aos programas serão lhe atribuído conforme seu valor de distribuição em relação aos estratos estabelecidos com maior valor do que o de referência:

MB	150	< 33
B	190	< 41,8
R	210	< 46,2
F	230	< 50,6
D		>= 50,6

Aplicadas essas faixas aos valores dos diferentes programas, resulta a seguinte distribuição entre os conceitos MB a D:



#### 4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.

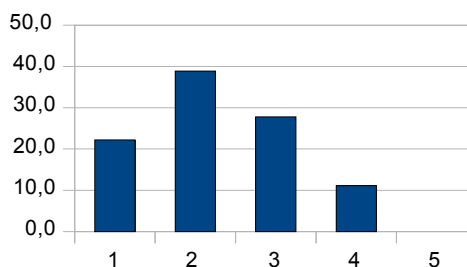
10,00 %

A Área ainda não dispõe de um procedimento mais formalizado da avaliação da produção técnica de seus programas. Portanto, a apreciação desse tipo de produção foi baseada numa observação quantitativa e qualitativa dos diferentes produtos que constam nos Cadernos de Produção Técnica da CAPES para cada um dos programas e cada ano da trienal.

Na base das informações fornecidas por estes cadernos foram contabilizados diferentes itens:

- serviços técnicos prestados;
- realização de cursos de curta duração e organização de eventos
- elaboração de cartas, mapas etc.
- realização de programas de rádio e TV (inclusive entrevistas)
- relatórios de pesquisa
- apresentação de trabalhos e outros

O resultado da distribuição dos conceitos entre os programas pode ser visto no gráfico ao lado:



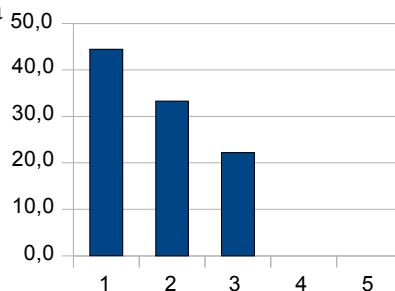
#### 4.4. Produção artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.

Não aplica

Não aplica

## INSERÇÃO SOCIAL

Para esse quesito a distribuição dos conceitos atribuídos aos programas acadêmicos da Área apresenta a seguinte forma:



Itens de Avaliação

Peso

Av  
ali  
aç  
ão

5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.

**45,00**  
%

**a1) Inserção Social:** formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento;

**a2) Inserção Tecnológico /econômico:** contribuição para o desenvolvimento micro-regional, regional e/ou nacional destacando os avanços produtivos gerados; disseminação de técnicas e conhecimentos; organização e promoção de eventos científico - tecnológicos;

**peso para a1) e a2) 45%:**

Inserção social, tecnológica, econômica	AVALIAÇÃO
Programas que atenderem a pelo menos <b>um dos itens</b> mencionados	5
Nenhum dos itens mencionados	1

**b) Outras formas de inserção:** A Área considerará outros tipos de desdobramentos de suas atividades de ensino e pesquisa relevantes para a avaliação da inserção regional e/ou nacional (peso: **55%**)

Serão considerados os seguintes indicadores:

- Intercâmbios firmados para realização de cursos de extensão universitária e/ou cursos de extensão proporcionados pelo programa;
- Existência de iniciativas de transferência de conhecimento e de técnicas para públicos não acadêmicos.

- Alunos matriculados originários do setor público e/ou organizações da sociedade civil e/ou de instituições de ensino e pesquisa e/ou da rede pública de ensino fundamental ou médio;

- Alunos titulados no período-base empregados no setor público e/ou organizações da sociedade civil e/ou de instituições de ensino e pesquisa e/ou da rede pública de ensino fundamental ou médio; organizações de fomento e desenvolvimento etc.

- Existência no ano-base de convênio ativo e/ou acordo de cooperação e/ou prestação de serviço e/ou desenvolvimento de pesquisa entre o Programa e o setor público e/ou organização da sociedade civil e/ou atividade de extensão;

- Disponibilização de bases de dados originais e/ou fontes primárias de dados para uso público;
- Existência de veículo próprio de publicação regular e sistemática de resultados de pesquisa – revista, *working-papers* etc.;
- Ações institucionais para geração e desenvolvimento de tecnologias sociais e/ou econômicas, tais como incubadoras, parques tecnológicos e congêneres;
- Representação institucional em conselhos públicos e/ou de associações da sociedade civil.
- Prêmios recebidos pelo corpo docente e discente do Programa;

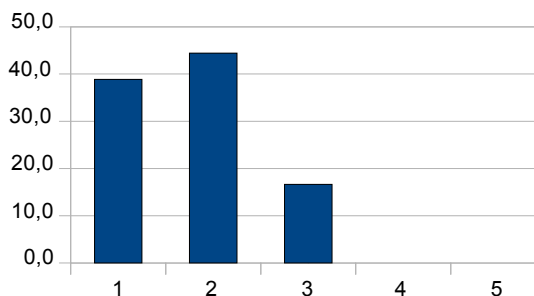
Outras formas de inserção	AVALIAÇÃO
Programas que atenderem a pelo menos <b>três dos itens</b> mencionados	5
Três ou menos itens mencionados	1

O conceito final desse item será atribuído da seguinte maneira:

Index = Soma (peso do sub-item em % \* pontos da avaliação)

Pontos	Conceito
Index = 5,0	Muito Bom
5,0 > Index > 1,0	Regular
Index = 1,0	Deficiente

A distribuição para este item apresenta-se assim:



**5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.**

**45,00 %**

**a) Participação institucional em programas de cooperação (peso 65%)**

- Participação em intercâmbios sistemáticos e redes nacionais e internacionais;
- Participação em projetos de cooperação entre programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da pós-graduação em regiões ou sub-regiões geográficas menos aquinhoadas (atuação de professores visitantes; participação em programas como “Casadinho”, PQI, Dinter/Minter e similares).

Participação institucional	AVALIAÇÃO
Com participação oficial	5
Sem	1

**b) Participação de docentes em órgãos, representações etc (peso 35%)**

- Participações especiais do corpo docente em órgãos oficiais (CAPES, CNPq, FAPs, Conselhos governamentais etc.);
- Participação do corpo docente como: (a) editores de periódicos Qualis da Área, (b) consultores ad-hoc de periódicos internacionais, (c) organizadores, palestrantes, chairmen, debatedores etc. de eventos internacionais e nacionais, (d) representantes de sociedades científicas, (e) representantes de entidades de classe.
- Publicações conjuntas de docentes do programa com docentes de outras IES ou institutos de pesquisa.
- Parceria entre instituições na organização de eventos científicos relevantes para a área.
- Intercâmbio docente visando atividades de pesquisa (produção ou divulgação), docência ou orientação.

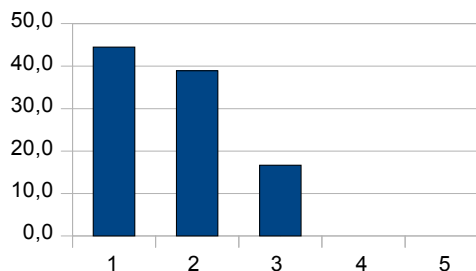
Participação de docentes do programa	AVALIAÇÃO
Programas que atendem a pelo menos <b>dois dos itens</b> mencionados	5
Dois ou menos itens mencionados	1

O conceito final desse item será atribuído da seguinte maneira:

Index = Soma (peso do sub-item em % \* pontos da avaliação)

Pontos	Conceito
Index = 5,0	Muito Bom
5,0 > Index > 1,0	Regular
Index = 1,0	Deficiente

A distribuição para este item apresenta-se assim:



**5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.**

**10,00 %**

- Garantia de amplo acesso a Teses e Dissertações, pela Web, conforme a Portaria Capes 13/ 2006, que torna obrigatória essa providência.

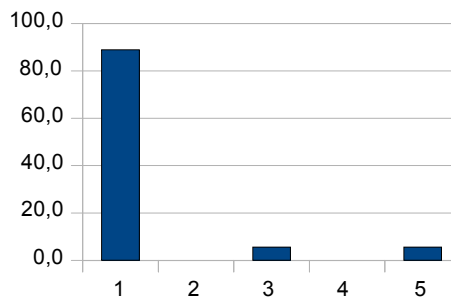
- Manutenção de página Web para a divulgação, de forma atualizada, de dados internos ao Programa, critérios de seleção de alunos, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas etc.

- Palestras, conferências e/ou aula inaugural em programas recomendados e/ou em cursos de Graduação de interface com a área.

- Desenvolvimento de ações abertas à comunidade acadêmica e à sociedade em geral para divulgação dos trabalhos e produções do Programa, intercâmbio e difusão do conhecimento.

Visibilidade e transparência do programa	AVALIAÇÃO
Cumprimento, integralmente, da exigência de “Garantia de amplo acesso a Teses e Dissertações, pela Web, conforme a Portaria Capes 13/ 2006, que torna obrigatória essa providência” e pelo menos mais um item entre os contemplados na ementa desse item	MB
cumpram apenas integralmente a exigência de “Garantia de amplo acesso a Teses e Dissertações, pela Web, conforme a Portaria Capes 13/ 2006	R
Não cumprimento da exigência conforma Portaria Capes 13/2006	D

A distribuição para este item apresenta-se assim:



### ATRIBUIÇÃO DE NOTAS 6 OU 7

#### Itens de Avaliação

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado, classificados como nota 5 na primeira etapa de realização da avaliação trienal, e que atendam necessária e obrigatoriamente duas condições: i) apresentem desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área, ii) tenham um nível de desempenho altamente diferenciado em relação aos demais programas da área.

Por inserção internacional entende-se um conjunto de atributos que qualificam programas de pós-graduação em planejamento urbano e regional e demografia como equivalentes a programas similares, de impacto internacional, existentes no exterior. Esses atributos apóiam-se em um tripé constituído por:

a) **Produção científica com inserção internacional (60%).**

A produção científica com inserção internacional compreende a publicação de resultados de pesquisa, sob a forma de artigos em periódicos científicos, anais, livros e capítulo de livros qualificados, com destacadas proporção e média por docente nos estratos A1, A2 e B1 do Qualis da Área (periódicos, eventos) L4 e L3 na classificação de livros, capítulos etc..

b) **Consolidação e liderança nacional do programa como formador de recursos humanos para a pesquisa e pós-graduação (30%).**

O corpo docente de programas 6 ou 7 deve se destacar em relação aos outros

programas da Área em relação a uma boa parte das seguintes atividades:

- atração de alunos de diferentes regiões do país e de outros países;
- participação em comitês de área no CNPq, DECIT, FINEP, CAPES, etc, ou de agências de fomento internacionais;
- obtenção de prêmios nacionais e internacionais pelos seus docentes;
- participação nas diretorias de associações científicas nacionais e internacionais de grande relevância para a Área;
- execução de convênios e intercâmbios firmados com instituições estrangeiras de reconhecido prestígio científico;
- realização de cooperações internacionais exigindo missões bilaterais de trabalho;
- promoção de eventos internacionais;
- envolvimento em consultorias a organismos internacionais, em comitês editoriais, em periódicos internacionais como pareceristas e em redes internacionais de pesquisa com publicação de resultados;
- ministrar cursos e colaborar em atividades de ensino em instituições de reconhecido nível de excelência no exterior;

**c) Integração e solidariedade com outros programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação e visibilidade ou transparência dada a sua atuação (10%).**

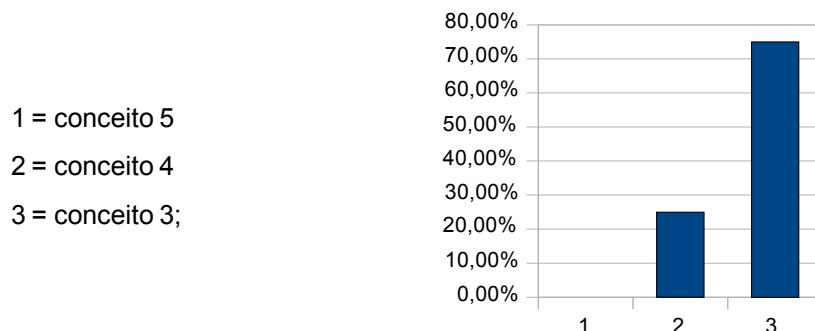
Comporta avaliação qualitativa, levando em conta a integração e solidariedade com outros programas visando impactos educacional, social e tecnológico/econômico em áreas do país onde há programas com nota 3 ou 4 (sem doutorado). Os programas candidatos a 6 e 7 devem demonstrar sua cooperação com esses programas ou com grupos que ainda não tem curso de pós-graduação *stricto sensu*

- Envolvimento através de Minter, Dinter, Casadinho, Procad ou associação com IES para promover a criação e/ou consolidação de cursos de pós-graduação, sobretudo em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação;

- Mesmo fora das formas de cooperação institucional espera-se que docentes do programa estejam participando em projetos conjuntos com grupos de pesquisa não consolidados, em disciplinas, seminários e oficinas em cursos com nota 3 ou 4 (sem doutorado), firmam parceria de docência, pesquisa e orientação em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação.

## IV.2 - MESTRADOS PROFISSIONAIS

A área contou com quatro cursos de mestrado profissional no último triênio o que significa um vertiginoso crescimento em relação a anos anteriores. Na avaliação trienal anterior havia ainda um único curso desse tipo.





<p>A avaliação dos quesitos e itens foi realizada levando em consideração os detalhes para cada um que constam da Ficha de Avaliação de Programa de Mestrado Profissional que tinha sido aprovada pelo CTC-ES. Na medida do possível houve a apropriação de algumas operacionalizações elaboradas para os programas acadêmicos – existe uma série de itens dessa ficha onde isto é possível -, porém sempre voltada à realidade distinta dos cursos profissionais. Há de se fazer um grande esforço para integrar as portarias do MEC acerca da criação destes cursos na reformulação dos próprios programas e, especificamente, nas formas de análise e apreciação.</p>		
<b>PROPOSTA DO PROGRAMA</b>		
Itens de Avaliação	Peso	Avaliação
1.1 Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Curso/Programa e da modalidade Mestrado Profissional.	<b>35,00 %</b>	
1.2 Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	<b>15,00 %</b>	
1.3 Infra-estrutura para ensino, pesquisa e extensão.	<b>15%</b>	
1.4 Planejamento do Curso/Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e geração de inovação.	<b>25,00 %</b>	
1.5 Articulação do Curso/Programa de Mestrado Profissional com cursos acadêmicos do mesmo Programa de Pós-Graduação	<b>10,00 %</b>	
<b>CORPO DOCENTE</b>		
Itens de Avaliação	Peso	Avaliação
2.1 Perfil do corpo docente, considerando experiência como profissional e/ou pesquisador, titulação e sua adequação à Proposta do Curso/Programa e à modalidade Mestrado Profissional.	<b>50,00 %</b>	
2.2 Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Curso/Programa.	<b>20,00 %</b>	
2.3 Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Curso/Programa.	<b>30,00 %</b>	
<b>CORPO DISCENTE E TRABALHOS DE CONCLUSÃO</b>		
Itens de Avaliação	Peso	Avaliação
3.1 Quantidade de trabalhos de conclusão aprovados no período de avaliação e sua distribuição em relação ao corpo docente	<b>40,00 %</b>	

3.2 Qualidade dos Trabalhos de Conclusão e produção científica, técnica ou artística dos discentes e egressos	35,00 %	
3.3 Impacto dos Trabalhos de Conclusão e da atuação profissional do egresso	25,00 %	
<b>PRODUÇÃO INTELECTUAL E PROFISSIONAL DESTACADA</b>		
Itens de Avaliação	Peso	Avaliação
4.1 Publicações do Curso/Programa por docente permanente	35,00 %	
4.2 Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes	45,00 %	
4.3 Produção artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.	Não aplica	
4.4 Vínculo entre Produção técnica e Publicações qualificadas do Curso/Programa.	20,00 %	
<b>INSERÇÃO SOCIAL</b>		
Itens de Avaliação	Peso	Avaliação
5.1 Impacto do Programa	45,00 %	
5.2 Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação	5,00 %	
5.3 Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Curso/Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico	20,00 %	
5.4 Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Curso/Programa	10,00 %	
5.5 Percepção dos impactos pelos egressos e/ou organizações/instituições beneficiadas	10,00 %	
5.6 Articulação do MP com outros Cursos /Programas ministrados pela Instituição na mesma área de atuação.	10,00 %	

## V. CONTEXTUALIZAÇÃO, INDICADORES E REFERÊNCIAS DE INSERÇÃO INTERNACIONAL USADAS PARA ATRIBUIÇÃO DE NOTAS 6 e 7.

É preciso tratar as duas sub-áreas da Área de Planejamento Urbano e Regional /Demografia diferentemente.

a) em relação à sub-área menor, a da demografia:

Por causa de uma relativa universalização dos problemas demográficos, a inserção da área de demografia do Brasil está relativamente fácil e fortemente desenvolvido nos últimos tempos. A inserção neste contexto internacional dá-se, em boa medida, através de participações em congressos, envolvimento em associações de pesquisadores e docentes, parcerias com grupos de pesquisa e instituições no exterior, programas de capacitação dos docentes.

As referências de inserção internacional encontram-se certamente nas maiores universidades nos Estados Unidos. O reconhecimento da internacionalização manifesta-se especialmente através da participação nas associações internacionais da demografia e em contatos com os órgãos internacionais voltados para questões populacionais, de migração e áreas afins. A sub-área vem recebendo tradicionalmente financiamentos significativos de órgãos de fomento internacionais para o estudo de problemas relacionados à população no Brasil (migração, fertilidade, crescimento, perfil etário etc.).

b) Com relação à sub-área de planejamento urbano e regional, a presença dos programas e pesquisadores brasileiros nas grandes associações dos Estados Unidos e da Europa – ACSP e AESOP

– é o principal indicador para a internacionalização da Área. São programas brasileiros que foram importantes para se criar uma associação (rede) ao nível mundial de Escolas de Planejamento Urbano e Regional (GPEAN) que organiza bianualmente eventos globais para a comunidade dos planejadores urbanos e regionais.

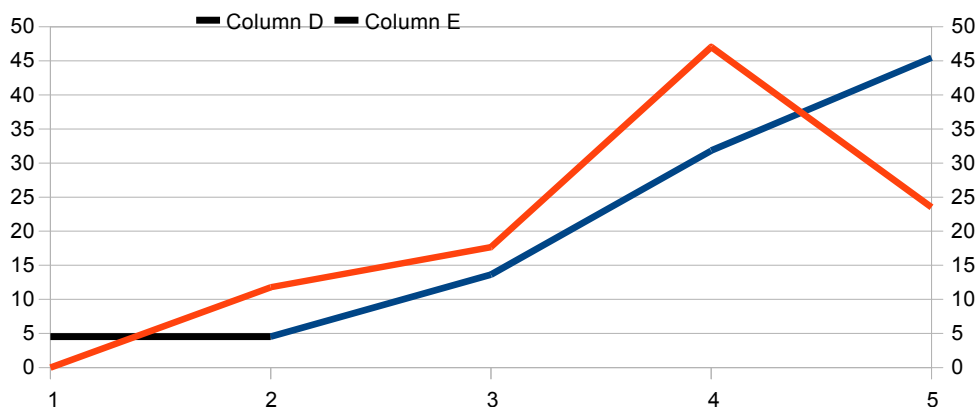
Por causa da diversidade dos problemas urbanos e regionais enfrentados nas diferentes partes do mundo – especialmente no hemisfério norte – os cursos de urban and regional planning de universidades famosos como do MIT ou da Universidade da Califórnia (especialmente Berkeley) não necessariamente podem servir como referencial para o fortalecimento e avanço científico da sub-área no Brasil. Mais promissores parecem contatos mais recentes entre os grandes países do Sul: com a Índia, a África do Sul e outros.

Em relação aos países da América do Sul, os melhores programas do Brasil são referência para as universidades e instituições aí localizados. A grande quantidade de cooperações entre estes países é um claro indicador para isto.

## VI. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO E COMPARAÇÃO COM O TRIÊNIO ANTERIOR

Quando se compara a atual avaliação em relação aos conceitos finais que a Comissão de Avaliação sugere ao CTC-ES para os 22 programas da área com aquela do triênio anterior, os resultados parecem não apresentar uma mudança muito significativa ao menos em relação aos programas que já tinham sido avaliados anteriormente. Essa aparência precisa ser qualificada em alguns sentidos:

1. Uma comparação entre a distribuição relativa dos conceitos entre os 17 programas avaliados em 2007 (triênio 2004 a 2006) – Column E - e daquela dos 22 programas do triênio de 2007 a 2009 – Column D – no grafico aqui apresentada mostra que houve um aumento



relativo significativo de cursos com nota 3; se sua participação na avaliação era antes de apenas 25 % do total, subiu agora para 45%; esse aumento reflete o vertiginoso crescimento da área no último triênio que, na verdade, é maior ainda se se fosse considerar os cursos que foram aprovados pelo CTC-ES em 2008 e 2009 ainda não submetidos à atual avaliação (seis programas). Assim, a área amplia-se, basicamente, através de programas novos em territórios distantes dos principais centros dinâmicos do país, realizando assim um movimento de interiorização da pós-graduação brasileira que está voltada para as especificidades das realidades nas quais os cursos se inserem. Por isto seu caráter inicialmente regional que deve ser paulatinamente superado – sem com isto abandoná-lo – por articulações em escalas mais amplas. Este é um dos desafios da área que já está sendo compreendido pelos cursos novos.

2. Uma análise dos dados detalhados da avaliação dos cursos e programas referente aos

conceitos obtidos em diferentes itens dos cinco quesitos mostra que os programas mais consolidados com nota 4 estão se fortalecendo progressivamente na medida em que abrem também cursos de doutorado. Ou seja, vê-se nessa tendência a possibilidade desses programas atingirem, futuramente, um padrão de excelência nacional. Portanto, se nessa avaliação alguns dos programas de nota 4 ainda não alcançaram uma nota maior, observa-se uma clara tendência que esse avanço pode ser obtido em futuro não muito distante se o empenho desses programas terá continuidade no próximo triênio. O maior desafio para estes programas consiste na qualidade de sua produção bibliográfica e num maior envolvimento do seu corpo docente nessa produção.

3. A proposta de atribuir os conceitos 7 e 6, respectivamente, a cada um dos cursos de cada uma das duas sub-áreas de Planejamento Urbano e Regional, por um lado, e de Demografia, por outro, reflete o reconhecimento, pela Comissão de Avaliação, que estes programas mantiveram, consolidaram e fortaleceram suas posições proeminentes e de referência não apenas no âmbito nacional, mas também internacional. É interessante notar que essa internacionalização não está apenas dirigida para o “Norte” - os países europeus e norte-americanos com tradição científica - , mas também para o “Sul” como a Índia e outros países da Ásia e Oceania. Se esses cursos – que já obtiveram a nota 6 no triênio anterior - continuam se destacando claramente entre os demais cursos de nota 5 (para os quais a Comissão de Avaliação propõe a manutenção desse conceito) esses outros cursos, de grau diferente mostram seu esforço para galgar uma nota melhor num futuro não muito distante. Eles contribuem com isto para o amadurecimento da área como um todo especialmente nos campos da planificação urbana e urbanismo e da demografia.

Em síntese, a área passa, simultaneamente, pela consolidação de seus programas mais antigos e pela ampliação de programas voltados para novas dinâmicas que surgem no território nacional. Isto resulta, mais implícita do que explicitamente, numa redefinição do seu tradicional perfil determinado por cursos voltados para problemas urbano-metropolitanos e demográficas do país por programas voltados para o desenvolvimento local e regional em lugares distantes dos centros metropolitanos. Entende-se se essa situação não como problema de fragmentação ou descaracterização do campo do planejamento urbano e regional e da demografia, mas como desafio e chance para articular diferentes aspectos, perspectivas, questões, escalas, metodologias e proposições a respeito dos processos de transformação do espaço nacional (continental) nos seus diferentes dimensões.